CONTADOR

Atenção: Fraudar ou tentar fraudar Certames Públicos é Crime previsto no art. 311-A do Código Penal.

DOMINGO MANHÃ

EDITAL Nº 001/2026

CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE (AL)

ORIENTAÇÕES IMPORTANTES AO CANDIDATO:

1. Conferência dos materiais

✓ Confira seu nome, documento e número de inscrição nos materiais recebidos.
✓ Verifique o Caderno de Questões quanto à impressão e numeração.

2. Regras da prova

✓ Cumpra as normas previstas no Edital, Caderno de Questões e Folha de Respostas. O descumprimento poderá resultar em eliminação.

3. Folha de Respostas

✓ É o documento utilizado para a correção da prova.
✓ Assine e marque apenas uma alternativa por questão.
✓ Utilize somente caneta esferográfica azul ou preta.
✓ Entregue a Folha de Respostas ao fiscal ao final da prova.

4. Provas e gabaritos

✓ Serão divulgados no site do Instituto IGEDUC (www.igeduc.org.br), conforme os prazos do Edital.

5. Condutas proibidas

✓ Não manuseie a prova antes da autorização.
✓ Não se comunique com outros candidatos.
✓ Não utilize aparelhos eletrônicos.
✓ Não anote o gabarito fora dos locais permitidos.

6. Permanência e saída

✓ Respeite o tempo mínimo de permanência previsto no Edital.
✓ Não deixe o local sem autorização do fiscal.
✓ Ao concluir, entregue os materiais exigidos e assine os documentos de controle, quando solicitado.

LÍNGUA PORTUGUESA

Questão 01

Assinale a alternativa mais adequada ao padrão de redação oficial para comunicar a prorrogação de um prazo administrativo.

(A) "Serve o presente para informar que o prazo em questão foi estendido, razão pela qual os documentos poderão ser apresentados até a nova data estabelecida."

(B) "Temos a honra de informar que, por decisão desta Administração, ficou acertado que a documentação poderá ser enviada até o dia 15 de outubro de 2026."

(C) "Vimos, por meio deste, comunicar aos interessados que houve uma extensão no prazo para envio dos documentos, ficando mantidas as demais regras anteriormente divulgadas."

(D) "A Administração resolveu conceder mais tempo aos interessados, de maneira que os documentos poderão ser encaminhados até 15 de outubro de 2026."

(E) "Informamos que o prazo para envio da documentação foi prorrogado até 15 de outubro de 2026, permanecendo inalteradas as demais condições estabelecidas."

Questão 02

Assinale a alternativa em que os vocábulos foram empregados de acordo com seus respectivos significados.

(A) O servidor manteve descrição no comportamento e redigiu uma discrição completa dos fatos apurados.

(B) O servidor agiu com discrição durante a reunião e apresentou descrição minuciosa dos fatos no relatório.

(C) O servidor agiu com descrição durante a reunião e apresentou discrição minuciosa dos fatos no relatório.

(D) O servidor apresentou discrição detalhada do ocorrido e manteve descrição ao tratar de informações sensíveis.

(E) O servidor realizou uma discrição dos acontecimentos e demonstrou descrição no atendimento aos envolvidos.

Questão 03

Considere o período:

"Os candidatos bastante preparados apresentaram respostas meio extensas, mas demonstraram plena segurança durante a exposição."

Assinale a alternativa em que a classificação morfológica e o comportamento flexional dos termos destacados estão **CORRETAMENTE** indicados.

(A) "bastante" funciona como pronome indefinido e admite flexão de número; "meio" funciona como adjetivo e concorda com "extensas"; "plena" funciona como substantivo abstrato.

(B) "bastante" e "meio" funcionam como advérbios e, por isso, permanecem invariáveis; "plena" funciona como adjetivo e concorda em gênero e número com o substantivo "segurança".

(C) "bastante" funciona como numeral de quantidade; "meio" funciona como pronome indefinido; "plena" funciona como advérbio e modifica semanticamente o substantivo "segurança".

(D) "bastante" funciona como adjetivo e concorda com "candidatos"; "meio" funciona como numeral e concorda com "respostas"; "plena" funciona como advérbio de intensidade.

(E) "bastante" funciona como advérbio e admite flexão conforme o termo intensificado; "meio" funciona como adjetivo invariável; "plena" funciona como pronome adjetivo.

Questão 04

Assinale a alternativa que integre o corpo de um ofício administrativo que encaminha documentação previamente solicitada.

(A) "Estamos encaminhando os documentos pedidos no ofício mencionado, para que esse órgão tome conhecimento e veja o que poderá ser feito a respeito."

(B) "Encaminhamos, para análise, os documentos solicitados no Ofício nº 42/2026, permanecendo este órgão à disposição para eventuais esclarecimentos."

(C) "Temos a elevada satisfação de remeter a documentação requerida, aproveitando a ocasião para renovar manifestações de consideração e apreço."

(D) "Vimos, por meio deste, encaminhar os documentos que foram anteriormente solicitados, esperando que possam ser analisados com a atenção costumeiramente dispensada."

(E) "Segue a documentação que foi solicitada anteriormente, ficando esta repartição no aguardo de uma manifestação sobre as providências que serão adotadas."

Questão 05

Considere as palavras "faísca", "baiuca", "Piauí" e "feiura". De acordo com as regras de acentuação gráfica da norma-padrão da língua portuguesa, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) "Faísca" recebe acento por ser proparoxítona, e "Piauí", por ser paroxítona terminada em "i"; "baiuca" e "feiura" apresentam hiatos átonos.

(B) "Faísca" e "Piauí" são acentuadas pela mesma regra das oxítonas terminadas em "i", enquanto "baiuca" e "feiura" permanecem sem acento por apresentarem ditongos crescentes.

(C) "Faísca" e "feiura" apresentam hiatos formados por vogais tônicas, enquanto "Piauí" e "baiuca" contêm ditongos que justificam a ausência de acentuação gráfica.

(D) "Faísca" e "Piauí" recebem acento gráfico por apresentarem "i" tônico em hiato, enquanto "baiuca" e "feiura" não são acentuadas em razão da regra aplicável aos hiatos precedidos de ditongo em palavras paroxítonas.

(E) "Piauí" recebe acento por apresentar ditongo aberto em posição final, enquanto "faísca" é acentuada por ser paroxítona terminada em ditongo.

Questão 06

Considere o período: "Embora o relatório estivesse completo, a comissão solicitou que alguns dados fossem revistos antes da publicação."

Assinale a alternativa que classifica **CORRETAMENTE** as orações destacadas.

(A) "Embora o relatório estivesse completo" é oração subordinada adverbial causal, e "que alguns dados fossem revistos" é oração subordinada adjetiva restritiva.

(B) "Embora o relatório estivesse completo" é oração subordinada adverbial consecutiva, e "que alguns dados fossem revistos" é oração subordinada substantiva completiva nominal.

(C) "Embora o relatório estivesse completo" é oração subordinada adverbial condicional, e "que alguns dados fossem revistos" é oração subordinada substantiva subjetiva.

(D) "Embora o relatório estivesse completo" é oração subordinada adverbial temporal, e "que alguns dados fossem revistos" é oração subordinada adverbial final.

(E) "Embora o relatório estivesse completo" é oração subordinada adverbial concessiva, e "que alguns dados fossem revistos" é oração subordinada substantiva objetiva direta.

Questão 07

Considere a frase: "Após horas de negociação, a proposta finalmente saiu do papel."

Assinale a alternativa que analisa **CORRETAMENTE** o sentido da expressão destacada.

(A) A expressão foi empregada em sentido metonímico, indicando que o papel substitui semanticamente os agentes responsáveis pela decisão.

(B) A expressão foi empregada em sentido literal, indicando que a proposta foi retirada de arquivo físico para nova análise.

(C) A expressão foi empregada em sentido denotativo, indicando que o documento deixou fisicamente a superfície em que estava apoiado.

(D) A expressão foi empregada em sentido técnico, indicando a formalização material da proposta em documento administrativo.

(E) A expressão foi empregada em sentido conotativo, indicando que a proposta passou da fase de planejamento para a execução.

Questão 08

Assinale a alternativa redigida de acordo com a norma-padrão.

(A) Fui eu quem elaboraram o parecer, embora tenham sido os demais membros da comissão que apresentou as conclusões finais.

(B) Fui eu quem elaborei o parecer, embora tenha sido os demais membros da comissão que apresentaram as conclusões finais.

(C) Fui eu quem elaboraram o parecer, embora tenham sido os demais membros da comissão que apresentaram as conclusões finais.

(D) Fui eu quem elaborou o parecer, embora tenham sido os demais membros da comissão que apresentaram as conclusões finais.

(E) Fui eu quem elaborou o parecer, embora tenha sido os demais membros da comissão que apresentou as conclusões finais.

Questão 09

Considere as palavras "juízes", "saúva", "história" e "baú". Com base nas regras de fonologia e acentuação gráfica da norma-padrão da língua portuguesa, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) "juízes" e "saúva" apresentam hiato, enquanto "baú" apresenta ditongo crescente; em "história", ocorre hiato entre "i" e "a".

(B) "juízes", "saúva" e "baú" apresentam hiato com vogal tônica acentuada; em "história", ocorre ditongo na sílaba final.

(C) "juízes" e "baú" apresentam hiato, enquanto "saúva" apresenta ditongo; em "história", ocorre tritongo na sílaba final.

(D) "juízes" apresenta ditongo, enquanto "saúva" e "baú" apresentam hiato; em "história", ocorre encontro consonantal na sílaba final.

(E) "juízes", "saúva" e "baú" apresentam ditongo decrescente acentuado; em "história", ocorre hiato na sílaba final.

Questão 10

No período "Os servidores bastante atentos analisaram cuidadosamente os documentos encaminhados", assinale a alternativa que classifica **CORRETAMENTE** os termos destacados.

(A) "bastante" funciona como adjetivo, "atentos" como advérbio e "cuidadosamente" como adjetivo.

(B) "bastante" funciona como advérbio, "atentos" como substantivo e "cuidadosamente" como adjetivo.

(C) "bastante" funciona como advérbio, "atentos" como adjetivo e "cuidadosamente" como advérbio.

(D) "bastante" funciona como numeral, "atentos" como adjetivo e "cuidadosamente" como substantivo.

(E) "bastante" funciona como pronome, "atentos" como substantivo e "cuidadosamente" como advérbio.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 11

Considerando o art. 66, §§ 1º, 2º e 4º, da Constituição Federal, acerca da sanção e do veto no processo legislativo, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O veto por contrariedade ao interesse público depende de demonstração de inconstitucionalidade material associada à inconveniência política do projeto aprovado.

(B) A rejeição do veto exige maioria absoluta dos membros de cada Casa do Congresso Nacional em votações separadas e sucessivas.

(C) O Presidente da República pode vetar projeto de lei por inconstitucionalidade ou por contrariedade ao interesse público, devendo o veto ser apreciado pelo Congresso Nacional na forma constitucional.

(D) O veto parcial pode incidir sobre expressão contida em inciso ou parágrafo quando a supressão não alterar o sentido essencial da proposição legislativa.

(E) O veto presidencial pode abranger palavras isoladas de dispositivo legal quando sua retirada preservar a coerência normativa do texto aprovado pelo Congresso Nacional.

Questão 12

Considerando o art. 15, incisos I a V, da Constituição Federal, acerca da perda e da suspensão dos direitos políticos, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A recusa de cumprir obrigação legal imposta a todos pode gerar perda dos direitos políticos mediante decisão administrativa da autoridade competente.

(B) A Constituição veda a cassação de direitos políticos e admite sua perda ou suspensão nas hipóteses expressamente previstas no próprio texto constitucional.

(C) A prática de ato de improbidade administrativa produz perda definitiva dos direitos políticos quando houver condenação judicial transitada em julgado.

(D) A incapacidade civil absoluta autoriza a suspensão dos direitos políticos enquanto permanecer a situação reconhecida judicialmente.

(E) A condenação criminal recorrível produz suspensão imediata dos direitos políticos quando houver imposição de pena privativa de liberdade superior a dois anos.

Questão 13

Considerando o art. 150, inciso III, alíneas "a", "b" e "c", da Constituição Federal, acerca das limitações constitucionais ao poder de tributar, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A vedação à retroatividade tributária impede que lei posterior produza efeitos sobre fatos geradores pretéritos, inclusive quando sua aplicação resultar em disciplina mais favorável ao contribuinte.

(B) A Constituição veda a cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os instituiu ou aumentou e estabelece, nas hipóteses aplicáveis, anterioridade anual e nonagesimal.

(C) A criação de tributo por lei publicada no início do exercício permite sua cobrança após noventa dias quando respeitada a anterioridade nonagesimal, ainda que também incida a anterioridade anual.

(D) A anterioridade nonagesimal exige intervalo de noventa dias após a publicação da lei e substitui a anterioridade anual quando ambas incidirem sobre a mesma espécie tributária.

(E) A anterioridade anual impede a cobrança de tributo no mesmo exercício financeiro da publicação da lei, enquanto a anterioridade nonagesimal incide sobre qualquer espécie tributária independentemente de exceções.

Questão 14

Considerando o art. 5º, inciso LXX, da Constituição Federal, acerca do mandado de segurança coletivo, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A organização sindical pode impetrar mandado de segurança coletivo para tutela de interesses difusos da coletividade, ainda que sem relação com os membros por ela representados.

(B) A associação civil pode impetrar mandado de segurança coletivo após seis meses de funcionamento quando a urgência da tutela justificar a flexibilização do requisito temporal constitucional.

(C) A entidade de classe depende de autorização individual de seus filiados para impetrar mandado de segurança coletivo em defesa de interesses relacionados à categoria representada.

(D) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido com representação no Congresso Nacional, sindicato, entidade de classe ou associação constituída há pelo menos um ano, em defesa de seus membros ou associados.

(E) O partido político pode impetrar mandado de segurança coletivo quando possuir representação em qualquer Casa Legislativa estadual ou municipal e demonstrar pertinência temática com a controvérsia.

Questão 15

Considerando o art. 144, caput e §§ 1º, 4º, 5º e 8º, da Constituição Federal, acerca da organização constitucional da segurança pública, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) As polícias civis exercem funções de polícia judiciária da União nos crimes de repercussão interestadual, enquanto a Polícia Federal atua na apuração de infrações de interesse predominantemente local.

(B) As guardas municipais integram constitucionalmente as forças policiais dos Estados e exercem policiamento ostensivo quando houver delegação formal do governador.

(C) A Polícia Federal exerce funções de polícia judiciária dos Estados em crimes contra bens e serviços de suas autarquias quando houver repercussão regional relevante.

(D) A segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida por órgãos constitucionalmente definidos, entre eles as polícias federal, civis e militares, além das guardas municipais nos limites previstos pela Constituição.

(E) As polícias militares exercem polícia judiciária estadual e apuração de infrações penais militares e comuns, além das atividades de policiamento ostensivo.

INFORMÁTICA

Questão 16

O setor de tecnologia de uma organização revisou a política de cópias de segurança dos sistemas administrativos e submeteu o texto à validação técnica antes da publicação. Sobre os fundamentos aplicáveis, julgue as afirmativas a seguir em verdadeiras (V) ou falsas (F).

(__) A regra denominada 3-2-1 recomenda a manutenção de três cópias dos dados, gravadas em três tipos distintos de mídia, com duas delas mantidas fora do ambiente de produção.

(__) O backup diferencial copia as alterações havidas desde o último backup completo, razão pela qual a restauração se faz com o conjunto completo somado ao último diferencial gravado.

(__) O armazenamento das cópias no mesmo volume lógico dos dados originais atende ao requisito de segregação, desde que gravadas em pasta distinta e de nome reservado.

(__) A definição do período de retenção das cópias considera as exigências legais e contratuais aplicáveis à organização, ao lado das necessidades operacionais das áreas.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo.

(A) V, V, F, F.
(B) V, F, F, V.
(C) F, V, V, F.
(D) F, V, F, V.
(E) F, F, V, V.

Questão 17

Uma organização revisou a política interna de tratamento de dados pessoais e distribuiu material de orientação às áreas que manipulam cadastros de clientes e de colaboradores. Com base exclusivamente na Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), sem considerar jurisprudência ou doutrina, analise as afirmativas a seguir.

I. Nos termos do Art. 5º, inciso IX, da Lei Federal nº 13.709/2018, são agentes de tratamento o controlador e o operador, cabendo ao primeiro as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

II. Nos termos do Art. 5º, inciso VIII, da Lei Federal nº 13.709/2018, o encarregado atua como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

III. Nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 13.709/2018, o tratamento de dados pessoais fica condicionado ao consentimento do titular, hipótese da qual dependem as demais previsões do dispositivo.

IV. Nos termos do Art. 48 da Lei Federal nº 13.709/2018, o controlador deverá comunicar à autoridade nacional e ao titular a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares.

Está CORRETO o que se afirma em:

(A) I e IV, apenas.
(B) I, II e IV, apenas.
(C) II e IV, apenas.
(D) II, III e IV, apenas.
(E) I, II e III, apenas.

Questão 18

Ao elaborar o estudo técnico preliminar para contratação de serviços de nuvem, a área de tecnologia de uma organização precisa descrever, no documento, o modelo de implantação adequado a cada conjunto de sistemas, considerando quem compartilha a infraestrutura e sob que condições. Relacione a Coluna I à Coluna II.

Coluna I

1. Nuvem pública.

2. Nuvem privada.

3. Nuvem híbrida.

4. Nuvem comunitária.

Coluna II

(__) Infraestrutura compartilhada por organizações que reúnem requisitos comuns de missão, de segurança ou de conformidade regulatória.

(__) Infraestrutura disponibilizada ao público em geral pelo provedor, com recursos compartilhados entre diversos contratantes distintos.

(__) Composição de duas ou mais infraestruturas distintas, mantidas como entidades próprias e ligadas por tecnologia que permite a portabilidade de dados.

(__) Infraestrutura provisionada para uso de uma única organização, ainda que hospedada e operada por terceiro contratado.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo.

(A) 2, 1, 4, 3.
(B) 1, 4, 2, 3.
(C) 4, 1, 3, 2.
(D) 4, 3, 1, 2.
(E) 1, 2, 3, 4.

Questão 19

Em uma planilha do Microsoft Excel destinada ao cálculo de percentuais por faixa de valor, o intervalo A2:B6 contém uma tabela ordenada de forma crescente pela primeira coluna: na linha 2, os valores 0 e 0%; na linha 3, os valores 1000 e 5%; na linha 4, os valores 3000 e 10%; na linha 5, os valores 6000 e 15%; e na linha 6, os valores 10000 e 20%. Na célula D2 consta o valor 4500 e, na célula E2, foi inserida a fórmula =PROCV(D2;$A$2:$B$6;2;VERDADEIRO). Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE o resultado exibido na célula E2 e a razão do comportamento da função.

(A) 5%, porque a correspondência aproximada devolve a linha imediatamente anterior à do limite compatível.
(B) 15%, porque a correspondência aproximada devolve a linha do menor limite que supera o valor procurado.
(C) #N/D, porque a correspondência aproximada condiciona o retorno à presença do valor exato na primeira coluna.
(D) 0%, porque a correspondência aproximada devolve a primeira linha do intervalo na ausência de valor exato.
(E) 10%, porque a correspondência aproximada devolve a linha do maior limite que não supera o valor procurado.

Questão 20

Um profissional do setor financeiro de uma organização recebe mensagem de correio eletrônico cujo nome de exibição corresponde ao do diretor da área, mas cujo domínio do endereço difere do institucional por um caractere. O texto solicita a alteração imediata dos dados bancários de um fornecedor habitual, recomenda que o assunto não seja comentado com outras áreas e fixa prazo de uma hora para a conclusão, sob alegação de risco de multa contratual.

Com base no caso apresentado, assinale a alternativa que indica a providência CORRETA.

(A) Conferir se o endereço de resposta coincide com o nome de exibição do remetente e, havendo coincidência entre ambos, atender à solicitação recebida.
(B) Encaminhar a mensagem aos demais integrantes do setor para validação coletiva e prosseguir conforme o entendimento majoritário obtido na consulta.
(C) Alterar a senha da conta de correio eletrônico e, restabelecido o acesso ao sistema, dar seguimento à solicitação de alteração dos dados bancários.
(D) Confirmar a solicitação por canal independente já conhecido, como o ramal institucional do diretor, e comunicar o ocorrido à equipe de segurança.
(E) Responder à própria mensagem solicitando a confirmação da ordem ao remetente antes de promover a alteração dos dados bancários do fornecedor.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE CAMPO ALEGRE (AL)

Questão 21

Luziápolis, núcleo situado no território de Campo Alegre, desenvolveu-se a partir de um ponto de descanso de viajantes, e sua trajetória demonstra a relação entre vias de circulação, comércio e crescimento populacional.

Considere os seguintes acontecimentos da formação do povoado.

I. Instalação do primeiro hotel do povoado, de propriedade do sr. Durval.

II. Montagem de uma cabana de palha pelo doceiro Antônio Cassimiro, à sombra de uma árvore açoita-cavalo.

III. Chegada gradual de outros negócios e de algumas moradias ao redor do comércio pioneiro.

IV. Construção da BR-101, que intensificou o movimento de viajantes no local.

V. Consolidação de Pau de Descanso como parada obrigatória para os viajantes.

Assinale a alternativa que apresenta a ordem cronológica CORRETA dos acontecimentos.

(A) II, III, V, IV, I.
(B) III, II, V, I, IV.
(C) II, V, III, I, IV.
(D) II, III, IV, I, V.
(E) V, II, III, IV, I.

Questão 22

O desenvolvimento econômico de Campo Alegre, a partir da década de 1970, está associado à atuação de um grupo empresarial que diversificou seus negócios, articulando atividade agroindustrial, comércio de peças e pecuária de corte premiada. Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE empreendimentos que compõem o Grupo Olival Tenório, ao lado da Usina Porto Rico e da Importadora Auto Peças.

(A) Destilaria Autônoma Porto Alegre, Importadora Pneus e agropecuária com gado da raça Nelore.
(B) Usina Triunfo, Importadora Pneus e agropecuária com criação de gado da raça Gir premiada.
(C) Destilaria Autônoma Porto Alegre, Triunfo Agroindustrial e agropecuária com gado da raça Gir.
(D) Usina Uruba, Triunfo Agroindustrial e agropecuária com criação de gado da raça Nelore premiada.
(E) Usina Uruba, Triunfo Agroindustrial e agropecuária com criação de gado da raça Gir premiada.

Questão 23

A Lei Estadual nº 2.086, de 26 de dezembro de 1957, desmembrou Campo Alegre de São Miguel dos Campos e o elevou à categoria de município. A medida foi contestada e levada ao Supremo Tribunal Federal, que julgou a Representação nº 358, com acórdão de 18 de agosto de 1958. Considerando o relato histórico sobre esse julgamento, analise as assertivas a seguir.

I. A representação foi acolhida por unanimidade e alcançou também a lei alagoana que criara o município de Boca da Mata.

II. O relator, ministro Luis Gallotti, julgou procedente a representação, acolhendo a tese da ausência de plebiscito.

III. A representação foi apresentada ao STF pelo prefeito Armando Moreira Soares, dispensada a atuação da Procuradoria-Geral.

IV. O relator fez referência a precedente segundo o qual as Constituições e leis dos Estados organizam os Municípios, observada a Constituição Federal.

Está CORRETO o que se afirma em:

(A) I, III e IV, apenas.
(B) I, II e IV, apenas.
(C) III e IV, apenas.
(D) I e II, apenas.
(E) II e III, apenas.

Questão 24

O planejamento de políticas públicas em Campo Alegre recorre às divisões regionais e aos indicadores territoriais e ambientais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que situam o município na rede urbana e no espaço geográfico alagoano.

Com base nesses dados, julgue as afirmativas a seguir em verdadeiras (V) ou falsas (F).

(__) Na divisão regional vigente, o município integra a Região Geográfica Imediata de São Miguel dos Campos, inserida na Região Geográfica Intermediária de Maceió.

(__) Na rede urbana, Campo Alegre é classificado como Centro Local e tem Maceió como centro de sua região de influência.

(__) O bioma predominante no território municipal é a Mata Atlântica, e o município integra o Sistema Costeiro-Marinho.

(__) O município possui área territorial superior a 300 km² e, no Censo 2022, apresentou densidade demográfica acima de 100 habitantes por quilômetro quadrado.

(__) Na divisão em mesorregiões geográficas, o município integra a Mesorregião do Agreste Alagoano.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo.

(A) F, F, V, V, F.
(B) V, V, F, V, F.
(C) F, V, F, F, V.
(D) V, F, V, F, V.
(E) V, F, F, V, F.

Questão 25

A narrativa sobre a origem do povoamento de Campo Alegre remonta ao fim do século XVIII e envolve deslocamentos populacionais motivados por fatores ambientais, bem como o contato entre colonizadores e povos indígenas do território alagoano.

Leia o fragmento a seguir, elaborado com base no histórico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

"Ana Margarida de Barros era filha de rico proprietário português que atravessou o rio _____, fugindo da _____ que assolava _____. Ela foi raptada pelo cacique de uma tribo açona habitante da região de _____."

Assinale a alternativa que preenche, CORRETA e respectivamente, as lacunas.

(A) Coruripe, seca, Pernambuco, Penedo
(B) São Francisco, seca, Sergipe, Porto Real do Colégio
(C) Coruripe, cheia, Sergipe, Penedo
(D) São Francisco, cheia, Pernambuco, Penedo
(E) São Francisco, cheia, Pernambuco, Porto Real do Colégio

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

Questão 26

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a execução da despesa orçamentária é acompanhada por contas de controle da execução do orçamento, cujos saldos indicam a situação de cada parcela do crédito. Associe cada conta da Coluna I à situação que ela evidencia na Coluna II:

Coluna I

1. Crédito disponível.

2. Crédito empenhado a liquidar.

3. Crédito empenhado em liquidação.

4. Crédito empenhado liquidado a pagar.

Coluna II

(__) Parcela comprometida com obra cuja medição ainda não ocorreu, sem passivo reconhecido.

(__) Serviço já prestado e passivo reconhecido por competência, com a verificação do direito do credor pendente.

(__) Parcela da dotação fixada na lei orçamentária ainda não comprometida pela entidade.

(__) Obrigação com direito do credor já verificado e ainda não extinta pela entrega do numerário.

Assinale a alternativa que apresenta a associação CORRETA, de cima para baixo:

(A) 2, 4, 1, 3.
(B) 3, 2, 4, 1.
(C) 3, 2, 1, 4.
(D) 1, 3, 2, 4.
(E) 2, 3, 1, 4.

Questão 27

A norma de ativo imobilizado disciplina o período durante o qual a depreciação é reconhecida e os métodos admitidos para alocar o valor depreciável ao longo da vida útil do bem. Analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. A depreciação de um ativo imobilizado não cessa quando ele se torna ocioso ou é retirado do uso normal, a não ser que o ativo esteja totalmente depreciado.

PORQUE

II. O método de depreciação baseado na receita gerada pela atividade que inclui a utilização do ativo não é apropriado, pois essa receita reflete outros fatores além do consumo do ativo.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa CORRETA:

(A) As asserções I e II são falsas.
(B) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
(C) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
(D) A asserção I é falsa, e a II é verdadeira.
(E) A asserção I é verdadeira, e a II é falsa.

Questão 28

Em 31 de dezembro, o razão da conta bancos de uma entidade apresentava saldo devedor de R$ 48.600,00, e o extrato fornecido pela instituição financeira, saldo credor de R$ 52.300,00. Na conciliação, foram identificados cheques emitidos e ainda não compensados de R$ 7.400,00, depósito efetuado no último dia útil e ainda não creditado de R$ 5.400,00, tarifas debitadas pelo banco e não contabilizadas de R$ 300,00 e cobrança de duplicata creditada pelo banco e não contabilizada de R$ 2.000,00. Sobre essa conciliação, analise as afirmativas a seguir:

I. O saldo conciliado da conta bancária, a ser evidenciado no balanço patrimonial da entidade, é de R$ 50.300,00.

II. Os lançamentos de ajuste na escrituração da entidade produzem acréscimo líquido de R$ 1.700,00 no saldo do razão.

III. Após os lançamentos de ajuste, o saldo do razão da entidade supera o saldo do extrato bancário em R$ 2.000,00.

Está CORRETO o que se afirma em:

(A) I e II apenas.
(B) I apenas.
(C) I, II e III.
(D) II e III apenas.
(E) II apenas.

Questão 29

A legislação de responsabilidade fiscal admite regime diferenciado de divulgação dos demonstrativos fiscais para os Municípios de menor porte populacional, operacionalizado pela Secretaria do Tesouro Nacional no sistema de coleta de dados contábeis e fiscais. Analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. Os Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes podem optar pela divulgação semestral do relatório de gestão fiscal.

PORQUE

II. Feita essa opção, o relatório resumido da execução orçamentária do Município passa também a ter periodicidade semestral.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa CORRETA:

(A) As asserções I e II são falsas.
(B) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
(C) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
(D) A asserção I é verdadeira, e a II é falsa.
(E) A asserção I é falsa, e a II é verdadeira.

Questão 30

A informação contábil de propósito geral das entidades do setor público é avaliada por atributos que a tornam útil para a prestação de contas, a responsabilização e a tomada de decisão. Acerca do assunto, registre V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

(__) A tempestividade integra o rol de características qualitativas da informação contábil do setor público, ao lado da comparabilidade.

(__) A materialidade figura entre as características qualitativas da informação, ao lado da relevância e da representação fidedigna.

(__) A consistência no uso das mesmas políticas contábeis auxilia a alcançar a comparabilidade, sem com ela se confundir.

(__) A informação de difícil entendimento para parte dos usuários é suprimida dos relatórios em favor da compreensibilidade.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo:

(A) F, V, F, F.
(B) V, F, F, F.
(C) V, F, V, F.
(D) F, V, V, V.
(E) F, F, V, V.

Questão 31

Na apuração do lucro líquido de uma companhia, a legislação societária disciplina as deduções posteriores ao resultado do exercício e estabelece base de cálculo sucessiva para as participações estatutárias no lucro que não se caracterizam como despesa. Considere as deduções listadas abaixo:

(1) Participação dos administradores.

(2) Provisão para o imposto sobre a renda.

(3) Participação das partes beneficiárias.

(4) Participação dos empregados.

Assinale a alternativa que apresenta a ordem CORRETA em que essas deduções são calculadas:

(A) 2, 4, 3, 1.
(B) 2, 4, 1, 3.
(C) 4, 2, 3, 1.
(D) 2, 1, 4, 3.
(E) 4, 2, 1, 3.

Questão 32

Na apresentação do balanço patrimonial, a classificação dos ativos entre circulante e não circulante observa critérios definidos pela norma que rege a apresentação das demonstrações contábeis das entidades empresariais. Analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. Os estoques de entidade cujo ciclo operacional normal supera doze meses são classificados no ativo circulante, ainda que sua realização não seja esperada até doze meses após a data do balanço.

PORQUE

II. O ativo é classificado como circulante quando se espera que seja realizado, ou se pretende que seja vendido ou consumido, no decurso normal do ciclo operacional da entidade.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa CORRETA:

(A) A asserção I é falsa, e a II é verdadeira.
(B) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
(C) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
(D) As asserções I e II são falsas.
(E) A asserção I é verdadeira, e a II é falsa.

Questão 33

Na estrutura do balanço patrimonial, algumas contas funcionam como redutoras dos grupos em que são apresentadas, o que exige atenção à natureza do seu saldo. As ações em tesouraria têm saldo de natureza _____ e são destacadas no balanço como dedução do _____, ao passo que as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa têm saldo de natureza _____ e são apresentadas como redução dos créditos a receber.

Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas, na ordem em que aparecem:

(A) credora - patrimônio líquido - credora
(B) devedora - ativo não circulante - credora
(C) devedora - patrimônio líquido - devedora
(D) devedora - patrimônio líquido - credora
(E) credora - ativo não circulante - credora

Questão 34

Uma indústria iniciou suas atividades no exercício e produziu 20.000 unidades de seu produto, das quais vendeu 16.000 ao preço unitário de R$ 80,00. Os custos variáveis de produção foram de R$ 30,00 por unidade e os custos indiretos fixos somaram R$ 400.000,00; as despesas variáveis de venda corresponderam a R$ 5,00 por unidade vendida e as despesas administrativas fixas, a R$ 100.000,00. Não havia produtos em elaboração ao final do período. Considerando esses dados, assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE o resultado do exercício apurado em cada método de custeio.

(A) R$ 380.000,00 no custeio por absorção e R$ 300.000,00 no custeio variável.
(B) R$ 220.000,00 no custeio por absorção e R$ 300.000,00 no custeio variável.
(C) R$ 300.000,00 no custeio por absorção e R$ 220.000,00 no custeio variável.
(D) R$ 300.000,00 no custeio por absorção e R$ 300.000,00 no custeio variável.
(E) R$ 320.000,00 no custeio por absorção e R$ 220.000,00 no custeio variável.

Questão 35

O Tribunal de Contas competente emitiu parecer prévio pela rejeição das contas anuais prestadas pelo Prefeito de um Município cuja Câmara Municipal é composta por treze vereadores. Na sessão de julgamento, com a presença de todos os membros, oito vereadores votaram pela aprovação das contas e cinco acompanharam o parecer do órgão de controle externo. Considerando a disciplina constitucional do julgamento das contas municipais, assinale a alternativa CORRETA.

(A) O julgamento fica sobrestado, pois a divergência da Câmara impõe nova manifestação do Tribunal.
(B) As contas são aprovadas, pois oito votos alcançam o quórum de três quintos dos membros da Câmara.
(C) O parecer prévio prevalece, pois afastá-lo exigiria o voto de, ao menos, dez dos treze vereadores.
(D) O parecer prévio prevalece, pois afastá-lo exigiria o voto de, ao menos, nove dos treze vereadores.
(E) As contas são aprovadas, pois oito votos superam a maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Questão 36

O controle dos bens públicos de caráter permanente e dos materiais de consumo combina registros mantidos pelas unidades administrativas e pela contabilidade, confrontados periodicamente por meio de inventário. Acerca desse controle patrimonial, analise as afirmativas a seguir:

I. Os registros analíticos dos bens de caráter permanente indicam os elementos que caracterizam cada bem e os agentes responsáveis por sua guarda e administração.

II. O levantamento geral dos bens móveis e imóveis toma por base o inventário sintético de cada unidade administrativa e a escrituração analítica na contabilidade.

III. Na avaliação dos elementos patrimoniais do balanço, os bens de almoxarifado são mensurados pelo preço médio ponderado das compras realizadas pela entidade.

Está CORRETO o que se afirma em:

(A) I e III apenas.
(B) I apenas.
(C) I, II e III.
(D) II e III apenas.
(E) III apenas.

Questão 37

Na estrutura conceitual para relatório financeiro aplicável às entidades empresariais, as definições dos elementos patrimoniais e os atributos da informação útil orientam o reconhecimento e a mensuração dos itens nas demonstrações. Acerca do assunto, registre V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

(__) Um direito configura recurso econômico mesmo quando não seja certo, nem sequer provável, que dele decorram benefícios econômicos.

(__) A obrigação corresponde ao dever ou responsabilidade que a entidade não tem a capacidade prática de evitar perante outra parte.

(__) O controle de um recurso econômico pela entidade pressupõe a titularidade jurídica do bem do qual esse recurso econômico se origina.

(__) O exercício da prudência admite a subavaliação de ativos e de receitas diante de incerteza quanto à sua realização futura.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo:

(A) F, V, F, V.
(B) V, V, F, F.
(C) F, F, V, F.
(D) F, V, V, F.
(E) V, F, F, V.

Questão 38

Uma empresa comercial apresentou, no exercício, custo das mercadorias vendidas de R$ 1.200.000,00 e receita de vendas, integralmente a prazo, de R$ 1.800.000,00. Os estoques de mercadorias somavam R$ 260.000,00 no início e R$ 340.000,00 no fim do exercício, o saldo médio de clientes foi de R$ 450.000,00 e o saldo médio de fornecedores, de R$ 160.000,00, sendo a prazo a totalidade das compras. Adotando o ano comercial de 360 dias e os saldos médios como base dos prazos, assinale a alternativa que indica CORRETAMENTE o ciclo financeiro da empresa.

(A) 135 dias.
(B) 180 dias.
(C) 123 dias.
(D) 132 dias.
(E) 147 dias.

Questão 39

Quando utiliza amostragem em auditoria, o auditor independente cumpre as etapas previstas na norma de auditoria específica sobre o tema. Considere as etapas listadas abaixo:

(1) Projeção, para a população, das distorções encontradas na amostra em teste de detalhes.

(2) Determinação do tamanho da amostra suficiente para reduzir o risco de amostragem a nível aceitavelmente baixo.

(3) Investigação da natureza e da causa dos desvios ou distorções identificados.

(4) Avaliação dos resultados e da existência de base razoável para conclusões sobre a população.

(5) Aplicação dos procedimentos de auditoria apropriados à finalidade do teste.

Assinale a alternativa que apresenta a ordem CORRETA dessas etapas:

(A) 5, 2, 3, 1, 4.
(B) 2, 5, 3, 1, 4.
(C) 2, 5, 1, 3, 4.
(D) 2, 5, 1, 4, 3.
(E) 5, 2, 3, 4, 1.

Questão 40

No encerramento do exercício, a administração de uma sociedade anônima propôs a destinação do lucro líquido e promoveu movimentações entre contas do patrimônio líquido, todas evidenciadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Assinale a alternativa que identifica CORRETAMENTE a mutação que reduz o valor total do patrimônio líquido da companhia.

(A) Capitalização de saldo de reservas de lucros por deliberação da assembleia.
(B) Constituição da reserva legal com parcela do lucro líquido do exercício.
(C) Registro do dividendo mínimo obrigatório fixado no estatuto da companhia.
(D) Absorção de prejuízos acumulados com saldo de reservas de lucros.
(E) Destinação de lucro ao dividendo adicional proposto pela administração.

Questão 41

O tratamento orçamentário das despesas de exercícios anteriores admite o pagamento, no exercício corrente, de obrigações originadas em exercícios já encerrados. Nesse regime, as despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio com saldo _____ para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os restos a pagar com prescrição _____ e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, podem ser pagos à conta de dotação _____ consignada no orçamento, discriminada por elementos.

Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas, na ordem em que aparecem:

(A) suficiente - interrompida - específica
(B) insuficiente - interrompida - específica
(C) suficiente - interrompida - global
(D) suficiente - consumada - específica
(E) insuficiente - interrompida - global

Questão 42

Uma empresa apurou lucro líquido de R$ 180 mil, no qual estão incluídos depreciação de R$ 40 mil e ganho de R$ 15 mil obtido na venda à vista, por R$ 50 mil, de máquina com valor contábil de R$ 35 mil. No período, o saldo de clientes aumentou R$ 25 mil, o de estoques diminuiu R$ 10 mil e o de fornecedores aumentou R$ 12 mil; houve, ainda, aquisição de imobilizado à vista por R$ 120 mil. Pelo método indireto, as atividades operacionais geraram caixa líquido de R$ _____ mil, e as atividades de investimento consumiram caixa líquido de R$ _____ mil.

Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas, na ordem em que aparecem:

(A) 202 - 70
(B) 252 - 70
(C) 217 - 70
(D) 202 - 85
(E) 217 - 85

Questão 43

Durante a execução orçamentária, autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na lei de orçamento podem ser incorporadas por meio de créditos adicionais, observados requisitos de autorização, fonte de recursos e vigência. Acerca do assunto, registre V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

(__) Os créditos especiais autorizados nos últimos quatro meses do exercício podem ser reabertos no exercício seguinte, no limite do saldo.

(__) Os créditos suplementares destinam-se a despesas para as quais a lei de orçamento vigente não consigna dotação orçamentária específica.

(__) O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício corrente constitui fonte para abertura de créditos suplementares.

(__) A abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis e é precedida de exposição justificativa.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo:

(A) V, F, V, F.
(B) F, V, F, F.
(C) V, F, F, V.
(D) F, V, F, V.
(E) F, F, V, V.

Questão 44

No setor público, a contabilidade registra os fatos que afetam o patrimônio sob o enfoque patrimonial, em paralelo ao registro da execução do orçamento, o que permite distinguir os efeitos de cada evento sobre a situação patrimonial líquida. Sobre essas variações patrimoniais, analise as afirmativas a seguir:

I. O bem móvel recebido em doação, sem condição que obrigue a sua devolução, gera variação patrimonial aumentativa, embora não haja arrecadação de receita orçamentária.

II. A apropriação mensal das férias e do décimo terceiro salário dos servidores gera variação patrimonial diminutiva no mês de competência, independentemente da data do pagamento.

III. A arrecadação da receita orçamentária decorrente da alienação de um bem móvel não gera variação patrimonial aumentativa pelo valor total recebido, pois o bem é baixado do ativo.

Está CORRETO o que se afirma em:

(A) II e III apenas.
(B) I e II apenas.
(C) I e III apenas.
(D) I apenas.
(E) I, II e III.

Questão 45

A classificação da despesa orçamentária por natureza combina, em um código numérico, a categoria econômica, o grupo de natureza da despesa, a modalidade de aplicação e o elemento de despesa. Associe cada código da Coluna I ao gasto que ele representa na Coluna II:

Coluna I

1. 3.2.90.21.

2. 3.3.50.43.

3. 4.5.90.66.

4. 4.6.90.71.

Coluna II

(__) Resgate de parcela do valor principal de empréstimo contraído pelo ente junto a banco.

(__) Concessão de financiamento a terceiro, com expectativa de retorno do valor ao ente.

(__) Pagamento dos encargos incidentes sobre empréstimo contraído pelo ente junto a banco.

(__) Repasse a entidade assistencial sem fins lucrativos para custeio de suas atividades.

Assinale a alternativa que apresenta a associação CORRETA, de cima para baixo:

(A) 4, 3, 1, 2.
(B) 4, 2, 1, 3.
(C) 1, 3, 4, 2.
(D) 3, 4, 1, 2.
(E) 3, 4, 2, 1.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 46

Considerando o art. 137, caput e incisos I a III, da Lei nº 14.133/2021, acerca das causas de extinção dos contratos administrativos, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O descumprimento de cláusula contratual autoriza a extinção quando produzir prejuízo financeiro efetivo, ficando as demais irregularidades sujeitas à aplicação de sanções sem repercussão sobre o vínculo contratual.

(B) A alteração da estrutura da empresa contratada constitui causa de extinção quando resultar em modificação societária relevante, ainda que sua capacidade de executar o contrato permaneça preservada.

(C) Podem motivar a extinção do contrato o descumprimento de cláusulas, especificações ou prazos, o desatendimento às determinações da fiscalização e alterações na empresa que comprometam a execução contratual.

(D) O desatendimento de determinação da fiscalização pode fundamentar a extinção quando houver reincidência formalmente registrada em pelo menos duas oportunidades durante a execução do objeto.

(E) A inexecução parcial pode justificar a extinção contratual quando atingir parcela economicamente relevante do objeto, sendo insuficiente a simples violação de obrigação acessória prevista no ajuste.

Questão 47

Considerando o art. 156, caput e § 1º, da Lei nº 14.133/2021, acerca das sanções aplicáveis às infrações administrativas praticadas no âmbito das licitações e dos contratos, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) As peculiaridades do caso concreto podem justificar substituição da sanção legalmente prevista por penalidade administrativa de natureza diversa criada pela autoridade responsável pelo processo.

(B) A natureza e a gravidade da infração definem a espécie de sanção, enquanto as circunstâncias agravantes e atenuantes possuem relevância jurídica restrita à fixação do valor da multa administrativa.

(C) Na aplicação das sanções devem ser considerados a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos causados à Administração e a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade.

(D) A implantação de programa de integridade posterior à infração impede sua consideração na dosimetria, pois a análise administrativa deve limitar-se às condições existentes no momento da prática da conduta.

(E) A inexistência de dano patrimonial à Administração afasta a aplicação das sanções de maior gravidade, ainda que estejam presentes os demais elementos caracterizadores da infração administrativa.

Questão 48

Considerando o art. 64, caput e parágrafo único, da Lei nº 9.784/1999, acerca do julgamento do recurso administrativo, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A revogação da decisão recorrida pode ocorrer quando houver vício de legalidade, enquanto a anulação é adequada quando a autoridade identificar mudança superveniente de conveniência administrativa.

(B) A autoridade recursal pode modificar a decisão em prejuízo do recorrente quando identificar ilegalidade, ficando dispensada nova manifestação se os fatos relevantes já tiverem sido debatidos na instância anterior.

(C) O julgamento do recurso restringe-se às questões suscitadas pelo interessado, podendo a Administração apreciar matéria não impugnada por meio de procedimento revisional autônomo.

(D) O agravamento da situação do recorrente exige instauração de novo processo administrativo, pois a autoridade recursal não pode alterar desfavoravelmente a decisão dentro do mesmo procedimento.

(E) O órgão competente para decidir o recurso pode confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida e, se houver possibilidade de agravamento da situação do recorrente, deverá oportunizar manifestação antes da decisão.

Questão 49

Considerando o art. 84, inciso VI, alíneas "a" e "b", da Constituição Federal, acerca da expedição de decretos pelo Presidente da República, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O Presidente da República pode, por decreto, organizar e disciplinar o funcionamento da Administração federal, sem aumento de despesa ou criação/extinção de órgãos, e extinguir funções ou cargos públicos vagos.

(B) A extinção de cargos públicos por decreto pode ocorrer quando houver redução permanente da demanda administrativa, ainda que os cargos estejam ocupados por servidores estáveis.

(C) O decreto autônomo pode criar órgãos administrativos quando a medida reorganizar competências existentes e não produzir aumento imediato de despesa para a União.

(D) O decreto autônomo pode instituir novas funções públicas sem aumento de despesa quando houver simultânea extinção de funções de valor remuneratório equivalente.

(E) A reorganização administrativa por decreto pode modificar competências definidas diretamente em lei quando a alteração não implicar criação de nova estrutura ou ampliação orçamentária.

Questão 50

No curso de processo administrativo federal, determinada autoridade pretende impor medida restritiva ao administrado com fundamento em interpretação recentemente adotada pelo órgão. A medida escolhida supera o grau necessário para atingir o objetivo administrativo, e a nova interpretação também seria aplicada a situações definitivamente constituídas sob orientação anterior.

À luz do art. 2º, caput e parágrafo único, incisos II, VI e XIII, da Lei nº 9.784/1999, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A medida pode superar a intensidade estritamente necessária quando possuir finalidade preventiva, desde que a nova interpretação administrativa seja aplicada de maneira uniforme aos administrados atingidos.

(B) A atuação proposta contraria os critérios legais, pois a Administração deve atender a fins de interesse geral, adotar medida adequada e proporcional ao objetivo perseguido e interpretar a norma de forma a garantir sua finalidade pública, vedada a aplicação retroativa de nova interpretação.

(C) A Administração pode redefinir a finalidade concreta prevista na norma e aplicar retrospectivamente novo entendimento quando essas providências produzirem resultado administrativo mais eficiente e economicamente vantajoso.

(D) A nova interpretação pode alcançar situações anteriores quando decorrer de revisão fundamentada do entendimento administrativo, enquanto a proporcionalidade incide com maior relevância sobre a aplicação de sanções pecuniárias.

(E) A atuação é admissível quando a autoridade demonstrar interesse público relevante, pois a finalidade administrativa permite ampliar a intensidade da restrição e alcançar situações constituídas segundo entendimento anteriormente vigente.

Questão 51

Considerando os arts. 6º, inciso XXVII, e 103, caput e §§ 4º e 5º, da Lei nº 14.133/2021, acerca da matriz de alocação de riscos nos contratos administrativos, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A matriz de riscos pode distribuir entre contratante e contratado a responsabilidade por eventos supervenientes, devendo essa alocação ser considerada na preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

(B) A matriz de riscos possui função meramente informativa e não repercute na análise de pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro durante a execução contratual.

(C) A matriz de riscos transfere ao contratado os eventos supervenientes relacionados à execução do objeto, cabendo à Administração os riscos decorrentes de alterações legislativas posteriores.

(D) A distribuição de riscos pode ser modificada unilateralmente pela Administração durante a execução quando houver alteração significativa das condições econômicas do contrato.

(E) A alocação contratual de riscos impede a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em relação aos eventos atribuídos à Administração no instrumento convocatório.

Questão 52

Nos termos do art. 37, § 1º, da Constituição Federal, assinale a alternativa **CORRETA** acerca da publicidade institucional dos órgãos públicos.

(A) Pode utilizar elementos associados à autoridade quando não estiver demonstrada finalidade de obtenção de vantagem política ou benefício pessoal decorrente da divulgação.

(B) Pode mencionar o nome do agente público responsável quando a referência estiver vinculada à divulgação de obra, programa ou serviço executado pela Administração.

(C) Pode conter imagem da autoridade responsável quando utilizada para identificar a gestão pública e acompanhada de informações objetivas sobre os serviços divulgados.

(D) Pode empregar símbolos associados à gestão administrativa quando a campanha apresentar finalidade informativa e não houver referência direta a processo eleitoral.

(E) Deve possuir caráter educativo, informativo ou de orientação social, sem conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Questão 53

Considerando os arts. 124, 125 e 126 da Lei nº 14.133/2021, acerca das alterações dos contratos administrativos, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A modificação do regime de execução da obra ou do serviço decorrente de constatação técnica superveniente pode ser determinada unilateralmente pela Administração quando preservada a finalidade original da contratação.

(B) A Administração pode alterar unilateralmente o contrato para melhor adequação técnica do projeto ou das especificações e para modificar quantitativamente o objeto nos limites legais, sem que essas alterações possam transfigurar o objeto da contratação.

(C) O limite de cinquenta por cento previsto para reforma de edifício ou equipamento alcança acréscimos e supressões, desde que a alteração quantitativa não descaracterize a finalidade inicialmente contratada.

(D) A alteração quantitativa dentro dos limites estabelecidos em lei pode modificar substancialmente o objeto contratado quando a solução superveniente atender de maneira mais eficiente à necessidade administrativa original.

(E) Os limites quantitativos aplicáveis às alterações unilaterais podem ser superados quando houver concordância do contratado e demonstração de vantagem econômica para a Administração no mesmo ajuste.

Questão 54

Considerando o art. 55 da Lei nº 9.784/1999, acerca da convalidação dos atos administrativos, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A convalidação depende de provocação do interessado quando o ato já tiver produzido efeitos favoráveis, ainda que o defeito identificado seja considerado sanável pela Administração.

(B) A convalidação constitui modalidade de revogação parcial do ato, preservando os efeitos válidos e retirando aqueles atingidos por vício de legalidade.

(C) A convalidação pode alcançar vícios relacionados à finalidade quando a autoridade competente demonstrar que o resultado produzido atende adequadamente ao interesse público.

(D) A existência de prejuízo a terceiro não impede a convalidação quando a manutenção do ato revelar-se economicamente mais vantajosa para a Administração Pública.

(E) Os atos que apresentem defeitos sanáveis podem ser convalidados pela própria Administração quando a medida não acarretar lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

Questão 55

Considerando o art. 102 do Código Civil e os arts. 183, § 3º, e 191, parágrafo único, da Constituição Federal, acerca da aquisição de bens públicos por usucapião, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) Os imóveis públicos urbanos permanecem insuscetíveis de usucapião enquanto afetados a finalidade administrativa, passando ao regime possessório privado após sua regular desafetação.

(B) Os bens dominicais podem ser adquiridos por usucapião extraordinária quando estiverem materialmente desafetados e o possuidor demonstrar exercício contínuo da função social durante o prazo legal.

(C) Os bens públicos não podem ser adquiridos por usucapião, abrangendo a vedação também os bens dominicais, ainda que estejam desafetados e sejam ocupados por particular durante período suficiente para preencher os requisitos temporais da legislação civil.

(D) A vedação constitucional à usucapião alcança bens de uso comum e de uso especial, enquanto os bens dominicais seguem o regime prescricional compatível com sua natureza patrimonial disponível.

(E) A posse de boa-fé sobre bem dominical pode conduzir à aquisição do domínio quando houver justo título e ausência de oposição administrativa durante o período estabelecido pela legislação civil.

Questão 56

Considerando os arts. 121, 125 e 126 da Lei nº 8.112/1990, acerca das responsabilidades civil, penal e administrativa do servidor público federal, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) As responsabilidades civil, penal e administrativa podem cumular-se e são independentes entre si, ressalvada a repercussão da absolvição criminal que negue a existência do fato ou a autoria.

(B) A independência entre as instâncias permite à Administração manter sanção disciplinar mesmo quando decisão penal definitiva reconheça a inexistência material do fato imputado.

(C) A absolvição penal por insuficiência probatória afasta a responsabilidade administrativa quando os fatos apurados nas duas esferas coincidirem substancialmente.

(D) A responsabilidade administrativa fica condicionada ao encerramento da esfera penal quando a mesma conduta funcional também estiver tipificada como infração criminal.

(E) A aplicação de sanção disciplinar impede posterior responsabilização civil pelo mesmo fato quando ambas decorrerem de prejuízo causado à Administração Pública.

Questão 57

Considerando o art. 78, caput e parágrafo único, da Lei nº 5.172/1966, Código Tributário Nacional, acerca do poder de polícia administrativa, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A competência administrativa para fiscalizar determinada atividade permite à autoridade estabelecer restrições não previstas em lei quando a providência adotada apresentar relação objetiva com a finalidade pública protegida.

(B) O exercício regular do poder de polícia depende da efetiva ocorrência de dano ao interesse público, pois a mera existência de risco administrativo não autoriza a imposição de limitações ao exercício de direitos privados.

(C) O poder de polícia compreende atividade administrativa que limita ou disciplina direito, interesse ou liberdade em razão do interesse público, sendo regular seu exercício quando realizado pelo órgão competente, nos limites legais, com observância do processo legal e sem abuso ou desvio de poder.

(D) A atuação preventiva decorrente do poder de polícia possui natureza predominantemente orientadora, enquanto medidas coercitivas dependem de prévia confirmação judicial da infração administrativa constatada.

(E) A discricionariedade inerente ao poder de polícia reduz a incidência do controle sobre finalidade e proporcionalidade, desde que o agente tenha atuado dentro da competência territorial atribuída ao órgão fiscalizador.

Questão 58

Considerando os arts. 99, 100 e 101 do Código Civil, acerca da classificação e da alienação dos bens públicos, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A classificação do bem público interfere em sua forma de utilização, mas não repercute sobre sua disponibilidade jurídica para alienação pela Administração.

(B) Os bens de uso especial podem ser alienados durante sua afetação quando a Administração demonstrar vantagem econômica e preservar a continuidade do serviço público correspondente.

(C) A desafetação de bem de uso comum do povo converte diretamente sua natureza em bem particular, permitindo alienação segundo as regras gerais do direito privado.

(D) Os bens de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis enquanto conservarem essa qualificação, ao passo que os bens dominicais podem ser alienados observadas as exigências legais.

(E) Os bens dominicais submetem-se ao mesmo regime de inalienabilidade dos bens de uso especial enquanto integrarem o patrimônio de pessoa jurídica de direito público.

Questão 59

Considerando o art. 74, incisos I a IV e § 1º, da Constituição Federal, acerca do sistema de controle interno dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O sistema de controle interno exerce fiscalização concentrada na legalidade dos atos de gestão, ficando a avaliação de eficácia e eficiência reservada aos órgãos responsáveis pelo controle externo.

(B) O controle interno dos Poderes possui atuação funcional autônoma, sendo a integração constitucional exigida para atividades relacionadas à elaboração das prestações anuais de contas.

(C) A comunicação de irregularidade ao Tribunal de Contas depende da conclusão da apuração interna, pois a responsabilidade solidária surge quando o órgão deixa de encaminhar resultado definitivo da investigação realizada.

(D) O apoio ao controle externo ocorre mediante solicitação do Tribunal de Contas, pois a atividade ordinária do controle interno concentra-se na fiscalização dos órgãos integrantes do respectivo Poder.

(E) O sistema de controle interno deve avaliar metas e resultados da gestão, verificar a legalidade, controlar operações de crédito e apoiar o controle externo, comunicando ao Tribunal de Contas da União irregularidades ou ilegalidades conhecidas.

Questão 60

Considerando o art. 51, caput e § 2º, da Lei nº 9.784/1999, acerca da desistência e da renúncia no processo administrativo federal, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O prosseguimento de ofício após a desistência depende da existência de indícios de infração disciplinar ou ilícito administrativo relacionado diretamente ao objeto do processo.

(B) O interessado pode desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou renunciar a direitos disponíveis, mas a desistência ou renúncia não impede o prosseguimento do processo quando a Administração considerar que o interesse público assim o exige.

(C) A desistência apresentada pelo interessado extingue o processo administrativo quando o pedido tiver sido formulado por iniciativa particular, ainda que permaneça relevante interesse público na apuração dos fatos.

(D) A renúncia a direito disponível depende de homologação da autoridade superior e produz efeitos após a demonstração de inexistência de repercussão para terceiros interessados.

(E) A desistência parcial do pedido alcança os demais interessados que tenham formulado pretensões semelhantes no mesmo processo, desde que exista identidade entre os fundamentos apresentados.

Questão 61

Considerando o art. 117, caput e §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021, acerca do acompanhamento e da fiscalização da execução dos contratos administrativos, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A execução contratual deve ser acompanhada e fiscalizada por fiscais designados, que registrarão as ocorrências e comunicarão aos superiores as situações que excedam sua competência.

(B) A designação de fiscal do contrato concentra nesse agente as funções de acompanhamento, aplicação de sanções e alteração das condições contratuais necessárias à regular execução do objeto pactuado.

(C) O fiscal pode decidir questões que ultrapassem sua competência quando a providência for necessária para impedir atraso na execução, submetendo posteriormente a decisão à autoridade administrativa superior.

(D) O registro formal das ocorrências pode ser dispensado quando os defeitos identificados forem prontamente corrigidos pela contratada e não provocarem alteração financeira ou atraso na execução do objeto.

(E) A contratação de terceiros para auxiliar a fiscalização transfere ao contratado auxiliar competência para determinar providências corretivas quando identificar irregularidades técnicas durante a execução do ajuste.

Questão 62

Considerando o art. 2º, caput e parágrafo único, incisos I, II e XIII, da Lei nº 9.784/1999, acerca dos princípios e critérios aplicáveis ao processo administrativo federal, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O princípio da finalidade permite substituir o objetivo definido em lei por outro interesse público considerado mais eficiente pela autoridade responsável pela decisão administrativa.

(B) A Administração pode aplicar nova interpretação normativa a situações pretéritas quando essa compreensão ampliar a proteção do interesse público e estiver devidamente motivada.

(C) A atuação administrativa deve observar a lei e o Direito, atender a fins de interesse geral e interpretar a norma de forma compatível com sua finalidade pública, vedada a aplicação retroativa de nova interpretação.

(D) A legalidade administrativa autoriza atuação fundada diretamente em princípios gerais quando inexistir norma específica e a autoridade demonstrar conveniência administrativa relevante.

(E) A segurança jurídica impede a revisão de interpretações administrativas anteriores, ainda que a nova compreensão seja necessária para adequação à legislação superveniente.

Questão 63

À luz dos arts. 53, 54 e 55 da Lei nº 9.784/1999, acerca do regime de invalidação, revogação, decadência e convalidação dos atos administrativos, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A Administração pode optar entre anular e revogar ato ilegal quando sua retirada também estiver amparada por razões de conveniência administrativa demonstradas no processo correspondente.

(B) O prazo decadencial de cinco anos para anulação dos atos favoráveis incide também quando comprovada a má-fé do destinatário, sem prejuízo da responsabilização pessoal decorrente da conduta praticada.

(C) A convalidação pode alcançar defeito sanável mesmo quando houver prejuízo a terceiro, desde que a Administração demonstre que a manutenção do ato proporciona benefício público superior ao prejuízo identificado.

(D) A Administração deve anular atos eivados de vício de legalidade, pode revogar atos válidos por razões de conveniência ou oportunidade e pode convalidar defeitos sanáveis quando disso não resultar lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

(E) Nos atos que produzam efeitos patrimoniais contínuos, o prazo decadencial começa a correr a partir de cada prestação individualmente paga, aplicando-se contagem própria a cada efeito financeiro produzido.

Questão 64

Considerando o art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, acerca da acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A acumulação de um cargo de professor com outro técnico ou científico depende de identidade entre as respectivas áreas de conhecimento, além da compatibilidade entre as jornadas de trabalho.

(B) A acumulação de dois cargos de professor pode ocorrer quando houver compatibilidade material das atribuições, ainda que exista sobreposição parcial dos horários funcionais estabelecidos pela Administração.

(C) A vedação à acumulação aplica-se à Administração direta e às autarquias, enquanto as sociedades de economia mista seguem regime próprio definido em seus regulamentos internos.

(D) A acumulação remunerada é permitida nos casos previstos na Constituição, desde que haja compatibilidade de horários, aplicando-se a vedação também a empregos e funções da Administração indireta.

(E) A acumulação de dois cargos privativos de profissionais de saúde pode alcançar funções administrativas correlatas quando a formação exigida para o cargo estiver vinculada à área sanitária.

Questão 65

Considerando o art. 50, caput e § 1º, da Lei nº 9.784/1999, acerca da motivação dos atos administrativos, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A motivação dos atos discricionários pode concentrar-se na indicação do interesse público perseguido quando a escolha realizada estiver compreendida no espaço decisório conferido pela legislação à autoridade.

(B) A motivação de atos que imponham sanções pode ser complementada após sua edição quando os fundamentos acrescentados decorrerem de elementos já existentes no processo administrativo correspondente.

(C) A motivação deve indicar os fatos e fundamentos jurídicos da decisão, podendo adotar fundamentos de pareceres, informações, decisões ou propostas anteriores, que passam a integrar o ato.

(D) A decisão de recurso administrativo pode dispensar motivação específica quando confirmar integralmente a decisão recorrida e não identificar circunstâncias novas relevantes para a solução da controvérsia.

(E) A motivação por remissão a parecer anterior pode ser adotada quando a autoridade concordar com sua conclusão, permanecendo os respectivos fundamentos externos ao conteúdo jurídico da decisão administrativa.

PÁGINA DE RASCUNHO

INSTITUTO igeduc

CONCURSOS COM INTEGRIDADE

NÃO DESTACAR

Instagram Oficial:
@institutoigeduc